



Educação

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

reeduc@pucrs.br

ISSN (Versión impresa): 0101-465X

ISSN (Versión en línea): 1981-2582

BRASIL

2006

Gustavo Oliveira Vieira

EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

Educação, maio-agosto, año/vol. XXIX, número 002 (59)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

pp. 395-413

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

Universidad Autónoma del Estado de México

<http://redalyc.uaemex.mx>



Educação para o desarmamento: caminhos e perspectivas

Education for disarmament: ways and perspectives

GUSTAVO OLIVEIRA VIEIRA *

RESUMO – O objetivo do presente artigo é apresentar um breve panorama sobre a Educação para o Desarmamento. As armas representam uma tensão e ameaça à humanidade, tanto no interior dos Estados quanto nas relações interestatais (2), por isso é preciso tratar dos conceitos centrais ao tema, como controle de armas, desarmamento e transarmamento (3) e parte relevante da normativa internacional sobre o controle de armas e o desarmamento no âmbito das relações internacionais como *diplomacia preventiva* (4). Em razão do exposto, é criada uma disciplina para tratar da Educação para o Desarmamento, delimitada e comentada no item 5. As perspectivas da Educação para o Desarmamento apontam reflexões pertinentes quanto ao padrão de relações humanas existentes e que estão sendo construídos, nacional e internacionalmente.

Descritores – Estudos de paz; controle de armas; desarmamento; transarmamento; educação para o desarmamento.

ABSTRACT – The objective of this paper is to present a brief overview about Disarmament Education. The arms represents a tension and a threat to the humanity, in the States and among them (2), so same central concepts must be faced, as control arms, disarmament and transarmament (3) and a relevant party of the international norms about control arms and disarmament regime in the international relations as *preventive diplomacy* (4). Considering the exposed reasons, a discipline to threat the Disarmament Education is created, delimited and commented in the 5th item. The Disarmament Education perspectives point pertinent reflections about the pattern of human relations existent and those that being built, national and internationally.

Key-words – Peace research; arms control; disarmament; transarmament; disarmament education.

INTRODUÇÃO

A paz como *ciência autônoma* é uma proposição relativamente recente. A postulação de uma ciência voltada aos *estudos de paz* (*peace research*) remonta

* Advogado, Mestre em Direito, professor do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, e da disciplina de Educação para o Desarmamento do Curso de Pós-Graduação em Educação para a Paz da PUCRS. Líder da linha de pesquisas sobre *Governança global, segurança humana e desarmamento* do Grupo de Estudos de Paz da PUC-RS. E-mail: gvieira7@terra.com.br
Artigo recebido em: abril/2006. Aprovado em: maio/2006.

Educação

Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 395 – 413, Maio/Ago. 2006

ao pós-Segunda Grande Guerra, com a proposição da psiquiatra e educadora italiana Maria Montessori ao afirmar sua conclusão, de que “a conquista de uma paz mundial pela humanidade depende de fatores complexos e indiretos. Estes merecem, sem contestação, ser objeto de uma pesquisa. Devem tornar-se a matéria de uma ciência maior” (MONTESSORI, 2004, p. 26). A proposição da educadora é levada a cabo e desenvolvida por centros de pesquisa em dezenas de universidades em vários países.

O jovem campo de estudos atribui à *paz* um novo sentido, bastante preciso e categorizado, com a complementação entre os conceitos de paz positiva e paz negativa. A *paz negativa* se insere na superação dos meios violentos para resolução de conflitos. Contrariamente às perspectivas militares, a guerra é, enquanto invenção humana, considerada evitável, além de ser imoral e inumana. A construção da paz não se encerra com a ausência de violência direta, pois, a violência estrutural e indireta também agride, segrega e exclui. Assim, a segunda categoria importante é a *paz positiva*, como demanda por justiça social. A resignificação da paz altera a sua perspectiva passiva, para conceber a *paz* como instrumento de transformação social.

Nesta linha, a *paz não é branca, é multicolorida*. A idéia alçada pelos estudos de paz ultrapassa a concepção do simbolismo do *branco* para sintetizar seu significado. A paz não é omissão. Pelo contrário. A paz se reveste de um apelo constitutivo, construtivo, propositivo. Dessa forma, é a combinação de todas as cores possíveis para indicar que a paz é a possibilidade de coexistência pacífica e cooperação solidária ante a diversidade.

É nesse sentido que se propõe o presente artigo, no âmbito dos *estudos de paz*, para apontar um cenário sobre a *Educação para o Desarmamento*¹, enquanto um ramo da Educação para a Paz.

Educar para a paz é criar condições de convivência pacíficas e solidárias entre os cidadãos do planeta. Indivíduos que alargam seus referenciais nacionais para tornarem-se cidadãos planetários, com vistas a uma integração efetivamente mundial, que não seja de indiferença, mas de solidariedade. Assim, o desarmamento é um meio necessário para que se cumpra este objetivo, um meio para reduzir as desconfianças internacionais e criar uma convivência menos hostil e mais amistosa, calcada na solidariedade e confiança entre os atores nacionais e internacionais. A educação para o desarmamento é tema de um encontro mundial da UNESCO em 1980, que é concluído com uma declaração final apontando dez princípios para a disciplina.

Educação

O tema do desarmamento diz respeito necessariamente a uma abordagem transdisciplinar, envolvendo a política (internacional) e ciência política, quanto aos jogos de poder envolvidos; o direito, a normativa de desarmamento e controle de armas; a psicologia, as relações com o poder e armas; as ciências da saúde, com relação às afetações do uso de armas na saúde pública; a sociologia, o estudo dos efeitos do uso, produção, destruição, redução e transferência de armas para a sociedade; a filosofia política; a educação, o armamentismo e o desarmamentismo, entre tantos outros. Todavia, uma abordagem genuinamente das ciências da paz (*peace research*) é necessariamente transdisciplinar.

Para apresentar algumas orientações sobre a Educação para o Desarmamento, inicialmente abordar-se-á parte da problemática internacional de armas, seguindo de uma breve apresentação de textos relevantes da normativa internacional disposta a controlar e desarmar os Estados, para na seqüência indicar a descrição de esforços institucionais e princípios da Educação para o Desarmamento (sendo que todas as traduções eventuais são livres e de responsabilidade do autor).

AS ARMAS COMO FONTE DE TENSÃO NAS RELAÇÕES (INTER)NACIONAIS

O tema das armas permite, sem dúvida, uma abordagem apocalíptica. A proliferação e o desenvolvimento tecnológico estabeleceram um ambiente de ameaça e risco sob o qual toda humanidade está refém. Os conflitos armados das últimas décadas vitimam muito mais civis que combatentes, a tecnologia armamentista aumentou o poder destrutivo e reduziu a capacidade de distinção: minas terrestres explodem indiscriminadamente ao passo de um soldado ou de uma criança, e têm sido detonadas majoritariamente quando acionadas por civis; as bombas atômicas destruíram cidades inteiras, sem falar do legado radioativo que repercute por gerações, acirrados pelos testes nucleares; os novos sistemas de mísseis capazes de atravessar o oceano destroem o que estiver no seu caminho. A paz armada tem sido a paz do nada, da destruição total causada por guerras.

No âmbito das relações internacionais, as armas são sinônimo de prestígio entre Estados, ampliando o desequilíbrio de poder. Do século XX ao XXI, diferentes ciclos de armamentismo ocorreram. A guerra fria e a corrida nuclear produziram o chamado *equilíbrio do terror*, pelo qual a capacidade de destruição de uma guerra chegou a tal ponto que poderia mesmo acabar com a vida no planeta. Após a guerra fria, o cenário internacional ainda em transformação aponta novas tensões, enquanto o descontrole sobre as armas permanece.

Para se ter uma noção do nível de tensão internacional indicado pelos gastos em guerra/defesa, a partir do quanto a humanidade gasta em armamentos neste

Educação

início de século, os orçamentos militares no ano de 2004 ultrapassaram um trilhão de dólares², sendo que os Estados Unidos foram responsáveis por 47% deste total de acordo com o *SIPRI Yearbook 2005*. Depois de uma década de redução dos gastos militares, entre 1987 e 1998, com aumentos moderados entre 1998 e 2001, após 2001 os orçamentos militares dos EUA aumentaram incrivelmente. Por aí é possível se ter uma idéia dos recursos energéticos, naturais e humanos direcionados à produção de armas, e a tensão internacional por isto produzida.

Segundo dados do SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisas sobre Paz de Estocolmo) de 2004, no ano de 2003 havia 19 conflitos armados, sendo dois interestatais (coalizão *versus* Iraque e Índia *versus* Paquistão) e os demais intraestatais ocorrendo principalmente na África e Ásia. Uma das grandes preocupações passa a ser a questão das armas nas mãos dos atores armados não-estatais e o uso de materiais e tecnologias não tradicionalmente consideradas armas (SIPRI, 2004).

Apesar da resolução dos conflitos por meio do emprego de armamentos ter se mostrado cada vez mais ineficaz, na segunda metade do século XX presenciamos o robustecimento da militarização dos Estados e a manutenção da diplomacia da *paz armada*.

O total da venda de armas dos 100 maiores produtores alcançou 192 bilhões de dólares em 2003. Os principais exportadores de armas são EUA (25%), Rússia, França, Alemanha e Reino Unido, que respondem por 81% do total. Enquanto os maiores importadores são China, Grécia, Índia, Turquia e Reino Unido (SIPRI, 2004).

As armas de destruição em massa continuam a ameaçar seriamente a segurança internacional. As ADM, incluídas as nucleares, biológicas e químicas, mísseis balísticos e de outros tipos, ocupam hoje um espaço muito destacado nas preocupações internacionais. Em 2004 havia algo como 36.500 ogivas nucleares entre os cinco Estados definidos como nucleares pelo Tratado de Não-Proliferação (EUA, Rússia, Reino Unido, França e China) (SIPRI, 2004).

Os argumentos a favor da produção e retenção de armas têm sido, em regra, aqueles que evocam a perspectiva da defesa. Aliás, interessante perceber a alteração terminológica que se deu ao se transformar o Ministério da Guerra em Ministério da Defesa, do início do século XX até o seu final. Esta mudança representa a manifestação de um juízo de valor com relação à “guerra” e à “defesa”. Mas, será que se mudou o sentido da instituição ou foi uma mudança promovida para apenas adequar-se ao uso politicamente correto das palavras sem mudança de consciência sobre o problema da guerra na vida das pessoas? Há uma mudança retórica para adequação das atividades militares nos juízos históricos pela prevenção da guerra.

Educação

Apesar de os Estados serem os principais responsáveis pelo incremento do comércio de armas, a sociedade civil também tem a sua responsabilidade, sobretudo no que diz respeito às armas leves e ligeiras, como revólveres, pistolas e armas de caça. Este tipo de arma é responsável por ceifar a vida de 500 mil civis no planeta todos os anos. Há em torno de 640 milhões destas armas no mundo, sendo aproximadamente 60% nas mãos de particulares (HILLIER, WOOD, 2003, p. 20).

São mais de 190 milhões de minas terrestres armazenadas por Estados, sendo que quase cem milhões estão plantadas em aproximadamente 90 países, produzindo uma vítima a cada 25 minutos, aproximadamente.

Existem outras formas de identificar a ameaça colocada pelas armas, outros tipos de armas em situação de proliferação e com alto potencial destrutivo, porém, o exposto acima já denuncia, ainda que de forma esparsa, parte do cenário belicista a que estamos submetidos.

Desta forma, as armas são fontes de tensão de relações internacionais e nacionais. A capacidade de destruição e de morte ameaça muito mais do que protege, pois a maioria das vítimas dos conflitos armados atuais não são combatentes, mas civis. No âmbito nacional, as armas leves produzem uma grande quantidade de vítimas inocentes do descontrole, de balas perdidas, etc.. E o Estado continua um gigante, agora bastante armado, comandado por pigmeus, por vezes belicosos.

Cientes da possibilidade de reverter este cenário, os representantes dos Estados, das organizações internacionais e da sociedade civil têm se empenhado, em esforços conjuntos ou individuais, para buscar e construir caminhos possíveis ao desarmamento internacional e nacional.

CONTROLE DE ARMAS, DESARMAMENTO E TRANSARMAMENTO: EM BUSCA DE UMA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

Conceitualmente, as medidas para limitar armas e as atividades militares se dividem em duas categorias: controle de armas e desarmamento. No que diz respeito ao *controle de armas*, são medidas políticas ou legais para restringir o emprego e/ou a disposição de meios aos militares nacionais. Trata-se de medidas de contenção ou controle dos riscos no uso de meios militares. Seu objetivo é reduzir o risco de uma guerra inadvertida pela maior capacidade dos adversários em formular avaliações mais precisas sobre a intenção de um sobre o outro, e por restringir sua gama de opções militares disponíveis. Por exemplo, os Estados podem colocar restrições quantitativas e qualitativas na delimitação de equipamentos militares; podem vincular acordos de não-proliferação, ou controle das exporta-

Educação

ções que regulem ou proíbam o desenvolvimento ou transferências de armas particulares ou seus componentes; podem incluir provisões de construção de confiança e segurança que restrinjam atividades militares e fortalecer as capacidades das partes para se comunicarem; ou, podem assumir a forma de regras de guerra que restrinjam ou proíbam certos métodos de guerrear, ou mesmo regular as condições sob as quais as armas podem ser usadas. As medidas de controle de armas permitem a implementação unilateral, porém o mais comum é a aplicação com base em acordos mútuos, para cobrir qualquer tipo de armamento e/ou atividades militares. Todavia, as medidas de controle de armas não necessariamente buscam reduzir as capacidades militares nacionais, eles podem perquirir uma reforma destes de acordo com as próprias propostas (SCHMALBERGER; TULLIU, 2001, p. 7-9).

As medidas de *desarmamento* buscam reduzir o nível de capacidades militares nacionais ou um banimento total de certas categorias de armas ainda empregadas. O desarmamento se aproxima da limitação de armas postulado na suposição de que nos armamentos estão a principal fonte de tensão e guerra.

Com o desarmamento, conseqüentemente, se objetiva impedir, ou pelo mínimo, reduzir, a probabilidade dos conflitos militares privando as partes, total ou parcialmente, de provisões que eliminem as capacidades militares nacionais parcial ou completamente, em níveis macro ou micro. Medidas de desarmamento podem ser impostas após um conflito armado como meio de sancionar um país e podem ser realizadas unilateralmente como forma de sinalizar intenções de benevolência, ou os Estados podem acordar-se mutuamente após negociações bilaterais e multilaterais, como forma de criar um equilíbrio (em caso de desarmamento parcial), ou pela eliminação de equilíbrios militares em conjuntos (em caso de desarmamento completo).

O controle de armas ou o desarmamento podem ser aplicados a quaisquer tipos de armas ou atividades militares. Após a Segunda Guerra mundial, as reduções se limitaram a categorias de armas. As armas nucleares trouxeram uma nova distinção, as armas de destruição em massa, definidas pela ONU como “armas atômicas explosivas, armas de material radioativo, armas biológicas ou químicas letais, e qualquer arma desenvolvida no futuro que tenha características comparáveis aos efeitos destrutivos daquelas bombas atômicas ou outras armas mencionadas acima” e as chamadas armas convencionais.

A aplicação dos acordos de limitação de armas multilaterais ou bilaterais, depois de acertados, devem ser implementados. Algumas das medidas de implementação estão simplesmente na base da confiança mútua, pela apresentação de relatórios ou por verificação técnica cooperativamente, por requerimentos de verificação. Como complemento, muitos acordos de limitação de armas prevêm mecanismos de resolução de conflitos. Tipicamente especificam procedimentos para

Educação

mediar disputas surgidas da verificação das partes e manifestar suas preocupações a um comitê consultivo, com possibilidades de prever emendas ao acordo. As disputas podem ser encaminhadas até o Conselho de Segurança da ONU.

O pacifista Johan Galtung (1930-), professor universitário e fundador de uma dos mais reconhecidos institutos de pesquisa sobre a paz no mundo (PRIO – *Peace Research Institute of Oslo*), é um dos principais nomes para pensar o tema das armas nas relações internacionais. Ao abordar a questão das armas, o faz sobre os temas desarmamento e transarmamento.

Johan Galtung descreve três cenários para o desarmamento (1988, p. 27-29), o primeiro se refere ao *desarmamento pelo armamento*, sobre a idéia-base para defender esta via está na concepção de que a pré-condição básica para qualquer processo de desarmamento está na obtenção de um *equilíbrio de poder* entre as partes, mas apenas quando o equilíbrio for atingido o desarmamento pode ser iniciado (*segurança pelo equilíbrio - security through balance*). O segundo é chamado de *desarmamento pela conversão*, sustentada pela seguinte razão: em algum momento a corrida armamentista é revertida por que a insanidade e a irracionalidade econômica do processo se tornaram claramente perceptíveis. A perspectiva da conversão propõe que toda a capacidade do armamentismo seria colocada a disposição de outras funções sociais, particularmente em educação e saúde, com a promessa de *desenvolvimento social*. O terceiro cenário é o *desarmamento pelo transarmamento*. A distinção inicial que se deve fazer para este cenário é entre os sistemas de armas *defensivas* e sistemas de armas *ofensivas*. Nem todas as armas devem ser destruídas, mas apenas aquelas que são ofensivas, que possam ser utilizadas em um ataque. Não se trata de um desarmamento geral e completo, mas a eliminação geral e completa dos sistemas de armas ofensivos. Porém, o slogan é mais complicado para ser captado pela opinião pública. A promessa de *segurança não pela via defensiva, mas pela postura confiável*, levada pelos movimentos pacifistas transnacionais e por países não-alinhados.

Traçadas alguns conceitos-chave, analisar-se-á a seguir alguns tratados desenvolvidos até então no âmbito do desarmamento e controle de armas.

DESARMAMENTO COMO DIPLOMACIA PREVENTIVA: A NORMATIVA INTERNACIONAL PELO DESARMAMENTO E CONTROLE DE ARMAS

Pelas palavras do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, “o desarmamento é um dos instrumentos mais importantes da diplomacia preventiva” (ANNAN, 2000). Nesse sentido, a normativa internacional de controle de armas e desarmamento oferece a base para que seja operacionalizada a diplomacia de prevenção de conflitos (internacionais).

Educação

Os esforços contemporâneos para restringir armamentos começaram na virada do século XX, com tentativas de estabelecer normas internacionais entre Estados. As Conferências de Haia de 1899 e 1907 buscaram reter os orçamentos militares nacionais e regular a condução da guerra por delinear os direitos e obrigações dos beligerantes e não-beligerantes em combate. Em 1899, durante a Primeira Conferência de Paz de Haia, acordos internacionais e declarações foram assinadas com o objetivo de proibir o uso de gases asfixiantes, a guerra química e as balas dum-dum. Porém, não foi suficiente para impedir a morte de soldados por gases asfixiantes durante a Primeira Guerra Mundial. O juízo quanto ao uso destes meios letais conduziu à adoção do Protocolo de Genebra de 1925, que proibia o emprego de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos durante guerras.

Na esteira da Primeira Guerra Mundial, tentativas de restringir os armamentos nacionais se transformaram em redução de armas. No final da guerra, medidas de redução de armas foram impostas a todos os Estados derrotados, enquanto o objetivo de reduzir armamentos estava inscrito na Carta da recém estabelecida Liga das Nações. Durante os anos 30, negociações sobre a redução sobre todas as categorias de armas foram levadas a cabo na Conferência Mundial de Desarmamento. O colapso da Conferência em 1937, todavia, levou isto ao fim.

A criação da ONU tem como objetivo a manutenção da paz entre os povos, e no seu artigo 11(1) consta que a Assembléia Geral disporá sobre o desarmamento e a regulamentação de armamentos. O artigo 26 da Carta da ONU afirma:

A fim de promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacional, desviando para armamentos o menos possível dos recursos humanos e econômicos do mundo, o Conselho de Segurança terá o encargo de formular, [...] os planos a serem submetidos aos membros das Nações Unidas, para o estabelecimento de um sistema de regulamentação dos armamentos.

Depois da Segunda Grande Guerra, os esforços para a regulação de armas focaram no controle sobre armas nucleares, globalmente dirigido pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) assinado pelos participantes na Conferência do Comitê de Desarmamento de 1968. De acordo com o Tratado, os denominados Estados não-nucleares se comprometeram em não adquirir armas nucleares, enquanto os Estados nucleares se comprometeram em não ajudar aos demais a adquirirem tais armas. Além disso, ambos os Estados se empenharam em negociar medidas de boa fé para completar o desarmamento nuclear. Atualmente o TNP conta com 189 Estados-Partes.

Educação

O Brasil aderiu ao TNP e ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) em 1998. Segundo a pesquisadora Odete Maria de Oliveira, “na década de 70, as Forças Armadas iniciaram as articulações dos mecanismos exigidos para a construção da bomba. Na década de 80, a bomba foi projetada e quase montada. Os militares, embora neguem, não podem refutar a constatação do avanço de capacitação tecnológica dos seus projetos e das instalações dos seus institutos, que [em 1996] apresenta[va]m todas as condições necessárias para produzir o artefato” (OLIVEIRA, 1996, p. 171)³. Hoje, o Brasil alinhou-se de maneira definitiva no regime internacional de não-proliferação⁴.

Bilateralmente, o controle de armas nucleares era objeto de vários tratados negociados entre União Soviética e Estados Unidos. Primeiramente entre estes, o Tratado de Mísseis Anti-Balístico e os Tratados de Limitação a Armas Estratégicas I e II, buscaram suprimir a rivalidade nuclear dos dois países pela limitação do emprego de armas nucleares estratégicas e mísseis de defesa.

Infelizmente, as últimas conferências de revisão/exame do TNP não alcançaram êxitos satisfatórios. Ao invés de diminuir a lista dos detentores de armas nucleares, Índia, Paquistão, Coreia do Norte foram incorporados a esta. Sem falar das controvérsias quanto ao programa nuclear iraniano.

Em meio à corrida armamentista, o conceito de zonas de paz foi criado, para indicar regiões ou *zonas livres de armas nucleares*. Na América Latina, em 1967, elaborou-se o *Tratado de Tlatelolco, Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe*, criando uma zona nuclearmente desmilitarizada, contando com a adesão dos 33 Estados da América Latina e Caribe. Outras áreas livres de armas nucleares foram criadas, na Ásia Central, entre Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. O Tratado de Rarotonga criou em 1985 a Zona Livre de Armas Nucleares do Pacífico Sul; em 1971 o Oceano Índico foi declarado Zona de Paz; o Tratado da Antártica de 1959 também previne armas nucleares naquele território.

Com os avanços científicos, buscou-se produzir substâncias para matar reproduzisse ao máximo a morte natural por meios químicos e bacteriológicos, ou seja, para matar pessoas de maneira dissimulada (TEIXEIRA, 2004, p. 201-202). Alguns experimentos e usos ocorreram, chocando a comunidade internacional diante da ameaça que geravam. Na esteira do direito de desarmamento foi negociada a *Convenção Sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição*, de 1972, em vigor desde 1975, que proíbe o desenvolvimento, a produção e o armazenamento das armas bacteriológicas (biológicas). Até meados de 2006, 155 Estados haviam aderido à Convenção.

Educação

Depois da Segunda Guerra, os esforços à proibição de certas armas convencionais conduziu à adoção da Convenção das Nações Unidas sobre Proibições ou Restrições do Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Considerar-se Excessivamente Nocivas ou de Efeitos Indiscriminados de 1980, inicialmente com três protocolos. O Protocolo I, que proíbe o emprego de qualquer arma cujo efeito principal seja lesionar mediante fragmentos que não possam ser localizados por raios-X no corpo humano; o Protocolo II, que limita o emprego de minas, armas “trampa” e outros artefatos; o Protocolo III, que limita a utilização de armas incendiárias. O Protocolo IV foi adotado em maio de 1996, com o sentido de proibir a utilização de armas que tenham como efeito cegar. Na Conferência de Exame, em maio de 1996, foi adotado o Protocolo II emendado, sobre minas terrestres. O Protocolo V foi elaborado, apesar de ainda não estar em vigor, sobre os explosivos remanescentes de guerra. No entanto, um dos dificultadores da realização universal destas tratativas é o reduzido número de países que aderiram seus protocolos.

Em 1993, os Estados assinaram a *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, a Produção, o Armazenamento, e o Uso de Armas Químicas e sobre sua Destruição*, que tem como objetivo o fim absoluto das armas químicas. Neste caso, não se trata apenas de controle, mas de desarmamento total das armas químicas. O tratado entrou em vigor em 1997, e atualmente conta com 178 Estados-Partes.

No final da Guerra Fria promoveu-se atividades para regulação de armas com o objetivo de concretizar o relaxamento das tensões internacionais. O controle nuclear global tem sido fortalecido pelas conclusões do Tratado para Banir Testes Nucleares que proíbe o teste de todos os dispositivos explosivos nucleares. Em adição, a Convenção sobre Armas Químicas que baniu o desenvolvimento, a posse e o uso de armas químicas, eliminou uma categoria inteira de armas. Regionalmente, a convenção européia levou a controle pelo Tratado Convencional sobre as Forças Armadas da Europa e seus complementos, restringindo o emprego de armas convencionais do Atlântico até o Ural. A União Soviética e os Estados Unidos bilateralmente começaram a dismantelar seus arsenais nucleares acumulados. Sob o Tratado Intermediário sobre as Forças Nucleares, os dois países vêm eliminando todos os seus armamentos nucleares intermediários sediados em terra, enquanto sob o Tratado de Redução de Armas Estratégicas I e II eles têm acordado em reduzir drasticamente os armamentos nucleares sob estrita verificação.

Outro tipo de arma que se pretende banir pelo desarmamento são as minas terrestres antipessoal. Com a proliferação do uso de minas terrestres antipessoal, a opinião pública levantou-se para obter a eliminação total deste tipo de armas. Em 1997, foi aberto para assinaturas em Ottawa a *Convenção Sobre a Proibição do*

Educação

Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e Sobre sua Destruição, chamado de Tratado de Ottawa, prevendo a erradicação total das minas terrestres antipessoal, sem lacunas ou evasivas possíveis aos Estados-Partes. Considerado modelo de governança global, em razão da coalizão formada entre Estados, organizações internacionais e organizações não-governamentais, o Tratado de Ottawa atingiu 150 Estados-Partes, tendo como consequência a destruição de dezenas de milhões de minas (prevenção), o fechamento de fábricas do artefato em aproximadamente 40 países, a desminagem de milhões de quilômetros quadrados, e a assistência aos sobreviventes.

A história moderna dos esforços para regular o emprego e o uso de armas militares é caracterizado pelo firme crescimento na gama e escopo dos instrumentos de regulação de armas. Desde a Primeira Guerra Mundial, as medidas de regulação têm assumido um número crescente de formas, aplicáveis a um número ampliado de áreas, e se tornado progressivamente mais elaborados e específicos (SCHMALBERGER; TULLIU, 2001, p. 6).

O PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

O objetivo último da Organização das Nações Unidas é o desarmamento geral e completo, (resolução 1378, XIV, da Assembleia Geral das Nações Unidas). Apesar dos avanços lentos e dos retrocessos eventuais, desde 1959 os Estados-Partes da ONU mantêm na agenda da Assembleia Geral pauta sobre o “desarmamento completo e geral”. Esta resolução jamais deixará de ser utopia, e como afirma Gorkovskiy, “nosso objetivo nobre”, sem um efetivo investimento em Educação para o Desarmamento (2001).

A própria ONU criou uma estrutura considerável para dar suporte às negociações a favor do desarmamento e controle de armas. O Instituto de Pesquisas da ONU sobre Desarmamento (UNIDIR – *United Nations Institute for Disarmament Research*) produz um material relevante e atualizado sobre a problemática em pauta. São livros, revistas, relatórios, com informações desde conceituais sobre o tema da segurança, do controle de armas e do desarmamento, com relação a todos os tipos de armas que tem espaço nas relações internacionais ou estão em vias de. É de se ressaltar uma revista trimestral chamada *Disarmament Fórum (Fórum Desarmamento)*, periódico temático de cunho acadêmico trazendo debates pertinentes e contemporâneos. E o *lexicon*, que são livros sobre o tema publicados pela ONU, sempre atendendo ao eixo temático da referida agência de pesquisas. A ONU tem outras agências que lidam especificamente como desarmamento, como é o caso da UNDDA (*United Nations Department for Disarmament Affairs*), destinada ao desenvolvimento de relações internacionais em desarmamento e a

Educação

UNDIP (*United Nations Disarmament Information Programme*), para prover informações sobre desarmamento.

O desarmamento como diplomacia preventiva, se adequadamente utilizado, pode reduzir as tensões ou prevenir que surjam. Mas, infelizmente, governos e instituições são mais inclinadas a reagir a crises ao invés de prevenir que estas ocorram (ANNAN, 2000).

A EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO

A educação para o Desarmamento será apresentada a partir das conclusões de instituições como ONU e UNESCO, cuja demanda é suficientemente apresentada na citação a seguir.

No início do século vinte e um, quando as tendências da globalização e interdependência estão se tornando cada vez mais pronunciados, nós ainda ouvimos reivindicações insanas para a supremacia e exclusividade, observações degradantes sobre pessoas e nações, e testemunhamos a arrogância e padrões dúbios em política. E o que é estranho e desalentador: está sendo feito pelo chamado povo “educado” com todos os níveis de graduação universitária, como se nunca tivessem aprendido as lições da história. Ganância e fome por poder estão tentando governar o mundo. O que tudo isso significa? Significa que estamos falhando nos nossos esforços educacionais, e somos responsáveis por isto (GORKOVSKIY, 2001).

A UNESCO E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO

Em junho de 1980, a UNESCO promoveu o *Congresso Mundial da Educação para o Desarmamento*, com foco nos aspectos pedagógicos e educativos. Do evento resultou um documento com dez princípios da educação relativa ao desarmamento (UNESCO, 1980).

O princípio número um define que “A educação para o desarmamento como componente da educação para a paz implica uma educação acerca do desarmamento e uma educação para o desarmamento [ou seja, sobre o desarmamento e para o desarmamento]. Todos os educadores e comunicadores podem contribuir para a educação relativa ao desarmamento tratando de compreender melhor e de conseguir que os demais compreendam também melhor as razões da produção e aquisição de armas, das repercussões sociais, políticas, econômicas e culturais da

Educação

corrida armamentista, e do grave perigo que representa para a sobrevivência da humanidade a possibilidade do emprego de armas nucleares [que hoje seria ampliado para todas as armas de destruição em massa]” (sob o título *A relação da educação para o desarmamento*, princípio 1).

Por desarmamento se entende “toda a forma de ação que vise limitar, controlar ou reduzir os armamentos, inclusive as iniciativas unilaterais de desarmamento, e também o geral e completo sob um controle internacional eficaz”. A proposta vai além, pois visa “transformar o atual sistema de Estados nacionais armados numa nova ordem mundial em que haja paz planejada sem armas e em que a guerra não seja mais um instrumento da política nacional – e também em que os povos determinem seu próprio futuro e vivam com segurança, baseada na justiça e na solidariedade” (*definição de desarmamento*, 2).

Ressalta-se ainda o papel na difusão de informações fidedignas (*o papel da informação*, 3) acerca do tema, relacionando-o com a realização dos objetivos da segurança nacional e do desenvolvimento (*relação com realidades econômicas e políticas*, 4), analisando fatores políticos, econômicos e sociais nos quais poderia fundar-se a segurança dos povos; aprofundar pesquisas (*pesquisa e tomada de decisões*, 5); respeitar preceitos do direito internacional, como autodeterminação dos povos visando a manutenção da paz e solução não-violenta de conflitos (*critérios fundamentais*, 6); evidenciar vínculo com direitos humanos e desenvolvimento (*relação com direitos humanos e desenvolvimento*, 7); com objetivos pedagógicos para aprendizagem ativa para ensinar a pensar acerca do tema para desenvolver análise e capacidade crítica (*objetivos pedagógicos*, 8); basear-se nos valores da: compreensão internacional, tolerância relativa à diversidade ideológica e cultural, e compromisso com a justiça social e solidariedade humana. (*valores*, 9); e, por fim, relacionar a todos os setores da sociedade (*setores da sociedade concernentes*, 10). Estes princípios indicados pelo Congresso Mundial da UNESCO de 1980 apontam a estrutura sobre a qual se deve construir a Educação para o Desarmamento (UNDIP).

Em 1982 foi lançada a Campanha Mundial das Nações Unidas pelo Desarmamento, durante a Segunda Sessão Especial sobre Desarmamento, com o objetivo de informar, educar e gerar o entendimento e apoio aos objetivos da ONU pelo controle de armas e desarmamento. A campanha durou até 1992, quando pela resolução 47/53 D foi transformada em Programa de Informação em Desarmamento.

Educação

O APOIO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU

A Assembléia Geral da ONU adotou a resolução 44/123, sob o título “Educação para o Desarmamento” em 1989, convidando os Estados-Partes e as organizações internacionais governamentais e não-governamentais a informarem ao Secretário-Geral dos seus empenhos no desenvolvimento de programas de educação para a paz e desarmamento. Em 1991 e 1993, a Assembléia Geral adotou a resolução 46/27 e 48/64, sobre “Educação e informação para o Desarmamento”, reiterando a importância da educação, e os objetivos da Campanha Global de Desarmamento, apelando para que os governos e ONGs redobrassem seus esforços.

A UNESCO e algumas ONGs continuaram seus esforços e, em 1998, a Conferência Mundial sobre Alta Educação considerou a questão da Educação para o Desarmamento um dos pontos centrais de sua agenda (BOSCH, 2001, p. 3).

Em 20 de novembro de 2000, a Resolução 55/33 da Assembléia Geral da ONU recomendou a criação de uma comissão de especialistas, com o objetivo de estudar sobre a educação para o desarmamento e não-proliferação nuclear com os seguintes objetivos:

- (a) Definir a educação para o desarmamento e não-proliferação, tendo em conta a necessidade de se promover a cultura de paz e não-violência;
- (b) Avaliar a situação atual da educação para o desarmamento e não-proliferação nos níveis primários, secundários, universitários e de pós-graduação, em todas as regiões do globo;
- (c) Recomendar maneiras de promover a educação para o desarmamento e a não-proliferação em todos os níveis de educação formal e informal, em particular na formação de educadores, parlamentares, líderes municipais, militares e funcionários governamentais;
- (d) Examinar meios para se utilizar amplamente os métodos pedagógicos, particularmente a revolução tecnológica nos meios de comunicação e informação, incluindo educação à distância, para fortalecer o empenho na educação em todos os níveis, nos países em desenvolvimento e desenvolvidos;
- (e) Recomendar meios pelos quais as organizações do sistema da ONU, com especial competência em desarmamento, educação ou em ambas possam harmonizar e coordenar seus esforços na educação para o desarmamento e não-proliferação;

Educação

(f) Planejar caminhos par introduzir a educação para o desarmamento e a não-proliferação em situações pós-conflito como contribuição para a construção da paz (*peace-building*);

A comissão foi criada com um grupo de especialistas governamentais, presidido pelo embaixador Miguel Marin-Bosch do México. O grupo emitiu um relatório em 2002, afirmando que a educação para o desarmamento (*Disarmament Education*) é focada na necessidade de reduzir armamentos com vistas à sua completa eliminação, devendo focar no processo de desarmamento em si e seus efeitos positivos no desenvolvimento sócio-econômico. A comissão também considerou que a abordagem deveria ter relação com resolução de conflitos e examinar as causas da guerra, e a interação entre guerra e tecnologia. Elaborou várias recomendações, e algumas mais específicas para a UNDDA, UNESCO, UNU (Universidade da ONU) e UPEACE (Universidade da Paz)⁵.

De acordo com a revista *Disarmament Times*, veiculada pela ONG Comissão de Desarmamento, o relatório recebeu algumas críticas, como o fato de não explicar o porquê de tamanha necessidade por uma educação para o desarmamento e em nenhum momento fazer menção aos orçamentos militares (COMMITTEE ON DISARMAMENT, 2002, p. 1).

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO

Seguidamente, em textos sobre o assunto, uma célebre frase de Kofi Annan é lembrada: “A educação é, bem simplesmente, construir a paz [*peace-building*] com outro nome. É a forma mais efetiva de investimento em defesa que existe”⁶. Ensinar a pensar criticamente sobre o sentido disto, é fundamental para a paz.

Magnus Haavelsrud, professor norueguês, afirma que os objetivos pedagógicos devem basear-se em uma aprendizagem participativa, em *que* pensar e não em *como* pensar. Para ele o primeiro passo é entender a violência, conhecer as suas causas e propor visões de mundo sem violência; entender o que acontece para passar a pensar o que deveria acontecer. Ele considera fundamental a transição dos recursos do orçamento militar para que seja aplicado em saúde, habitação, educação, etc..

E, como disse Jayantha Dhanapala, o papel da sociedade civil no futuro dos esforços multilaterais para a paz internacional e segurança é e será crucial⁷ (DHANAPALA, 2003, p. V). Ou seja, um papel que cabe a todos nós!

Educação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A civilização humana passou por transformações estruturais e tecnológicas com uma velocidade jamais imaginada no último século. Muitos avanços ocorreram a favor da vida e dos povos. A expectativa de vida das pessoas mais que duplicou, criou-se a ONU para salvaguardar uma relação menos desequilibrada entre as nações do planeta, e os avanços nas tecnologias de informação têm feito com que os indivíduos se sintam cada vez mais cidadãos do mundo, facilitando a solidariedade transnacional. No entanto, o desenvolvimento tecnológico serviu também à indústria bélica ou - como diz o professor Clóvis Brigagão - aos *mercadores da morte coletiva* (1983, p. 27).

Oppenheimer estava certo ao dizer, no dia do lançamento da primeira bomba atômica, em julho de 1945, que daquele momento em diante o mundo jamais seria o mesmo⁸. As armas adquiriram um amplo sentido na esfera política internacional, como instrumento de prestígio e poder na política externa entre Estados. Na economia também foram fundamentais para alavancar o crescimento dos países centrais que produziam e exportavam para África, América do Sul e Ásia.

As medidas de regulação de armas e atividades militares são frequentemente alvo de críticas. Entre os argumentos, aquele que afirma a não necessária ligação entre armas e guerra, por que o sucesso na limitação de armas requer um mínimo de interesse mútuo de prevenir a guerra, o sucesso na limitação de armas tem mais chances de ocorrer quando já existe uma boa relação entre os países, portanto, ocorrem e avançam mais quando são menos necessários. Também por que podem conduzir a corrida armamentista às categorias de armas não reguladas. O sentimento mais realístico sobre os tratados internacionais de desarmamento é de que estes não avançam, ao mesmo tempo em que é cada vez mais fundamental o direito aprofundar suas regulamentações sobre o tema dos armamentos. É importante buscar-se mecanismos para mensurar tais processos, no sentido de uma maior transparência e confiança entre as nações.

Não há dúvidas de que a paz passa pela educação. E o aprofundamento das pesquisas em educação para a paz vão nos conduzir a um sem número de especialidades, sendo possível desdobramentos da disciplina Educação para o desarmamento em outras esferas.

Ao educador para o desarmamento ainda ficam algumas questões, para pensar com profundidade, como: Que tipo de perguntas a educação para o desarmamento busca responder? Qual que a principal questão colocada pela disciplina? Como desarmar pela educação? Qual é o papel da educação para o desarmamento?

Educação

O mundo está disposto a se desarmar? Parece que não. E por que não? Como pode a educação para o desarmamento facilitar o entendimento do problema no sentido de constituir um consciência global menos belicosa, para mantermos a utopia de maneira realista por um desarmamento total e completo?

A educação para o desarmamento deve ter condições de facilitar a compreensão de uma cidadania inevitavelmente global, de interdependência entre os demais seres humanos do planeta e todos as outras formas de vida, identificando meios mais eficazes e menos custosos de resolução e transformação de conflitos por meio da não-violência ativa, com enfoque especial na pesquisa sobre as armas, para pensar e analisar meios para se facilitar o desarmamento com vistas ao desarmamento geral e completo. Como promover isto é a tarefa que cabe a todos nós nos comprometermos a responder.

Estudar a educação para o desarmamento implica refletir sobre que tipo de planeta queremos construir para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ANNAN, Kofi. *Secretary-general stresses immediate need for new and effective measures for nuclear disarmament and non-proliferation*. Press Release SG/SM/7292. 2 fev. 2000. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2000/20000202.sgsm7292.doc.html>

BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e as vias da paz*. Tradução de Álvaro Lorenzini. São Paulo: UNESP, 2003.

BOSCH, Miguel Marín. Special comment. UNIDIR. *Disarmament Forum: Education for disarmament*. Three, 2001, p. 3 e 4.

BRIGAGÃO, Clóvis. *A corrida para a morte: desarme o mundo armado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

COMISSÃO sobre Governança Global. *Nossa comunidade global*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim e Mara L. L. V. de Magalhães. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COMMITTEE ON DISARMAMENT. Disarmament education reports skirts controversy with technical focus. *Disarmament Times*. New York, outono 2002, Vol. XXV, N. 3, p. 1 e 4.

DHANAPALA, Jayantha. Foreword. In: UNITED NATIONS DEPARTMENT FOR DISARMAMENT AFFAIRS. *The United Nations disarmament yearbook*. Volume 27: 2002. New York: United Nations, 2003.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito internacional público*. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 1040-1053.

Educação

GALTUNG, Johan. *Transarmament and the cold war*. Essays in peace research volume VI. Copenhagen: Christian Ejlers, 1988.

_____. *Peace, war and defence*. Essays in peace research volume II. Copenhagen: Christian Ejlers, 1976.

GORKOVSKIY, Evgeniy. *Disarmament Education*. Conference on Building the Future Today. World Peace. IAUP/UN Commission on Disarmament Education, Conflict Resolution, and Peace and La Universidad La Salle. Mexico, 2 April 2001.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

HAAVELSRUD, Magnus. *Educación para el desarme*. Disponível em www.barcelona2004.org/esp/banco_del_conocimiento/documentos/ficha.cfm?idDoc=797. Acesso em mai. 2006.

HILLIER, Debbie; WOOD, Brian. *Vidas despedaçadas*. Um caso para rígido controle internacional de armas. Londres: Anistia Internacional; Oxfam, 2003.

LAFER, Celso. *Comércio, desarmamento e direitos humanos: Reflexões sobre uma experiência diplomática*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MONTESSORI, Maria. *A educação e a paz*. Tradução de Sonia Maria de Alvarenga Braga. Campinas: Papyrus, 2004.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Integração nuclear Brasil-Argentina: Uma estratégia compartilhada*. Florianópolis: UFSC/Obra Jurídica, 1996.

SCHMALBERGER, Thomas; TULLIU, Steve. *Coming to terms with security: a lexicon for arms control, disarmament and confidence-building*. UNIDIR: Geneva, 2001.

SIPRI. *SIPRI Yearbook 2004: armaments, disarmament and international security*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

TEIXEIRA, Gabriela. As armas de destruição em massa: controle de armamentos e desarmamento. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domicio. *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Konrad Adenauer, 2004, p. 193-211.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. The right to live: The illegality under contemporary international law of all weapons of mass destruction. *Revista IIDH*, 2005, n. 39, p. 35-69.

UNESCO. *World Congress on Disarmament Education*. Final document and report. Paris, 9-13 junho 1980.

_____. Right to peace and preconditions for peace. In: _____. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002, p. 863-889.

UNITED NATIONS Department For Disarmament Affairs. *The United Nations disarmament yearbook: volume 27: 2002*. New York: United Nations, 2003.

Educação

¹ O desarmamento, enquanto ato ou efeito de desarmar, será enfocado aqui como a redução ou supressão de armamentos por convenção entre Estados, pelos Estados e pela sociedade civil nacional e internacional.

² O professor Clóvis Brigagão (infelizmente) estava certo ao afirmar em publicação de 1983 que “é bem provável que alcancemos o ano 2000 com aproximadamente 1 trilhão de dólares anuais em gastos militares” (BRIGAGÃO, 1983, p. 38). Apesar de a fatia destes gastos ter sofrido algumas alterações nos últimos vinte e poucos anos.

³ Odete Maria de Oliveira apresenta um amplo estudo sobre o programa de integração nuclear do Brasil com a Argentina (*Integração nuclear Brasil-Argentina: Uma estratégia compartilhada*), demonstrando como esta estratégia compartilhada entre os dois ex-rivais militares criou mecanismos de confiança entre ambos, com um acordo em 1980 (“Acordo de Cooperação para o desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear”, assinado em 17 de maio de 1980) e um tratado para oficializar o processo (“Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil”, assinado em novembro de 1988), com fiscalização mútua (permitida pela Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua”, assinada em novembro de 1990), até a adoção de acordos bilaterais sobre o tema do uso de armas nucleares conduziu ao uso pacífico da energia nuclear. Segundo a autora, havia um receio de que houvesse corrida armamentista entre Brasil e Argentina (OLIVEIRA, 1996).

⁴ Sobre a adoção do Brasil a este regime, ver: LAFER, 1999, p. 109-137.

⁵ Disarmament Times, Vol. XXV, n. 3, p. 1-4.

⁶ “Education is, quite simply, peace-building by another name. It is the most effective form of defence spending there is”, Kofi Annan, Secretário Geral da ONU (UNITED NATIONS, 2003, p. 239).

⁷ “The role of civil society will be crucial to the future of multilateral disarmament efforts and international peace and security” (DHANAPALA, 2003, p. V).

⁸ Oppenheimer era o físico responsável pelo projeto Manhattan District, citado por Grazyna Drabik na apresentação do livro de Brigagão (1983, p. 13).

Educação